

Só Questões

Concurso Público - Ano 2018

300

Questões

Fundamentadas

Do

Código De Trânsito

Brasileiro

(Lei 9.503/97)



Acerte o alvo!

Wilma G. Freitas

Diferencial Concursos

300

Questões Comentadas
Do Código de Trânsito Brasileiro – Lei 9.503/97

APOSTILA AMOSTRA

**Para adquirir a apostila digital de 300 Questões Comentadas Do
Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9.503/97**

Acesse o site:



S U M Á R I O

Apresentação.....	3
Questões.....	4
Respostas.....	186
Bibliografia.....	251

A P R E S E N T A Ç Ã O

O mundo dos concursos públicos tem ganhado uma importância cada vez maior. É surpreendente o número de pessoas que concorrem todos os anos às oportunidades de emprego estável, boas condições de trabalho e salários.

A Lei 9.503/97 – (Código de Trânsito Brasileiro) vem sendo exigida no conteúdo programático dos editais das principais bancas em diversos concursos públicos.

O estudo por meio de resolução de questões é extremamente importante para o entendimento e a fixação da matéria. Por vezes, a leitura de um tema de Direito a princípio parece fácil, porém, ao se deparar com o caso concreto, surgem as complicações. Nada melhor do que resolver questões, principalmente quando estas possuem comentários objetivos e de fácil compreensão baseados na doutrina, na legislação e na jurisprudência.

A apostila de 300 questões Comentadas da Lei 9.503/97 – (Código de Trânsito Brasileiro) é mais um instrumento colocado à disposição do concursando para auxiliá-lo no alcance de seu objetivo, ou seja, aprovação num concurso público.

Também garantimos a atualização desta apostila até a data do envio, pois sabemos que as bancas exploram preferencialmente as alterações nas leis durante a elaboração das provas.

Nunca é demais frisar que é a prática de exercícios que fixa o conhecimento e prepara o candidato para reconhecer as armadilhas preparadas pelas bancas organizadoras dos certames, pois muitas vezes conhecer determinado assunto não é suficiente para assimilar a forma como este conhecimento é cobrado nas provas.

A quantidade de questões aliada à qualidade, rapidez no envio e ao compromisso de conduzir o candidato ao sucesso representam todo nosso diferencial.

Wilma G. Freitas

QUESTÕES

1. Acerca das disposições do Código de Trânsito Brasileiro referentes à educação para o trânsito, é incorreto afirmar:

- a) A educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito.
- b) É obrigatória a existência de coordenação educacional em cada órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito.
- c) Toda peça publicitária destinada à divulgação ou promoção, nos meios de comunicação social, de produto oriundo da indústria automobilística ou afim, incluirá, obrigatoriamente, mensagem educativa de trânsito a ser conjuntamente veiculada.
- d) Os órgãos ou entidades executivos de trânsito deverão promover, dentro de sua estrutura organizacional ou mediante convênio, o funcionamento de Escolas Públicas de Trânsito, nos moldes e padrões estabelecidos pelo CONTRAN.
- e) Os órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito deverão promover campanhas no âmbito de sua circunscrição e de acordo com as peculiaridades locais. Tais campanhas são de caráter permanente, e os serviços de rádio e difusão sonora de sons e imagens explorados pelo poder público poderão difundi-las gratuitamente, com a frequência recomendada pelos órgãos competentes do Sistema Nacional de Trânsito.

2. Quanto à condução de moto-frete, analise a veracidade das frases.

- I. As motocicletas e motonetas destinadas ao transporte remunerado de mercadorias – moto-frete – somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivo de trânsito dos Municípios.

- II. A instalação ou incorporação de dispositivos para transporte de cargas deve estar de acordo com a regulamentação do CONTRAN.
- III. É proibido o transporte de combustíveis, produtos inflamáveis ou tóxicos e de galões nos veículos de moto-frete, com exceção do gás de cozinha e de galões contendo água mineral, desde que com o auxílio de side-car, nos termos de regulamentação do CONTRAN.

Está (ao) correta(s):

- a) Todas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) III, apenas.

3. Complete a lacuna:

A velocidade máxima permitida para a via será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas características técnicas e as condições de trânsito. Onde não existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima será de _____, nas vias rurais em rodovias para os demais veículos.

- () Cento e dez quilômetros por hora
- () Noventa quilômetros por hora
- () Oitenta quilômetros por hora

4. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou

erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

- b) Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente.
- c) Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.
- d) As disposições do Código de Trânsito Brasileiro são aplicáveis a qualquer veículo, bem como aos proprietários e condutores dos veículos nacionais.
- e) O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.

5. Complete a lacuna:

Fazer ou deixar que se faça reparo em veículo na via pública, salvo nos casos de impedimento absoluto de sua remoção e em que o veículo esteja devidamente sinalizado em pista de rolamento de rodovias e vias de trânsito rápido constitui infração _____ e é punível com _____.

- () média - multa, respectivamente;
- () grave – multa e remoção do veículo, respectivamente.
- () média - multa e suspensão do direito de dirigir, respectivamente.

6. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os veículos prestadores de serviços de utilidade pública, quando em atendimento na via, gozam de livre parada e estacionamento no local da prestação de serviço, independentemente de sinalização, devendo estar identificados na forma estabelecida pelo CONTRAN.

- () FALSA.
() VERDADEIRA.

7. Quanto às normas gerais de circulação e conduta estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro, é incorreto afirmar:

- a) Os veículos de transporte coletivo regular de passageiros, quando circularem em faixas próprias a eles destinadas, e os ciclos motorizados deverão utilizar-se de farol de luz baixa apenas durante à noite.
- b) Nenhum condutor deverá frear bruscamente seu veículo, salvo por razões de segurança.
- c) Ao aproximar-se de qualquer tipo de cruzamento, o condutor do veículo deve demonstrar prudência especial, transitando em velocidade moderada, de forma que possa deter seu veículo com segurança para dar passagem a pedestre e a veículos que tenham o direito de preferência.
- d) Mesmo que a indicação luminosa do semáforo lhe seja favorável, nenhum condutor pode entrar em uma interseção se houver possibilidade de ser obrigado a imobilizar o veículo na área do cruzamento, obstruindo ou impedindo a passagem do trânsito transversal.
- e) Ao regular a velocidade, o condutor deverá observar constantemente as condições físicas da via, do veículo e da carga, as condições meteorológicas e a intensidade do trânsito, obedecendo aos limites máximos de velocidade estabelecidos para a via.

8. Complete a lacuna:

As _____ são órgãos técnicos vinculados ao CONTRAN, integradas por especialistas e têm como objetivo estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões daquele colegiado.

- () JARIs
- () Câmaras Temáticas
- () Polícias Rodoviárias Federais

9. Acerca da segurança dos veículos, analise a veracidade das frases.

- I. O veículo só poderá transitar pela via quando atendidos os requisitos e condições de segurança estabelecido no Código de Trânsito Brasileiro e em normas do CONTRAN.
- II. Os fabricantes, os importadores, os montadores e os encarroçadores de veículos deverão emitir certificado de segurança, dispensável ao cadastramento no RENAVAM, nas condições estabelecidas pelo CONTRAN.
- III. O CONTRAN deverá especificar os procedimentos e a periodicidade para que os fabricantes, os importadores, os montadores e os encarroçadores comprovem o atendimento aos requisitos de segurança veicular, devendo, para isso, manter disponíveis a qualquer tempo os resultados dos testes e ensaios dos sistemas e componentes abrangidos pela legislação de segurança veicular.

Está (ao) correta(s):

- a) Todas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) Nenhuma.

10. Sobre as disposições do Código de Trânsito Brasileiro, acerca das penalidades, é incorreto afirmar:

- a) O transportador é o responsável pela infração relativa ao transporte de carga com excesso de peso nos eixos ou quando a carga proveniente de mais de um embarcador ultrapassar o peso bruto total.
- b) Após o prazo de trinta dias para identificação do infrator, não havendo identificação do mesmo e sendo o veículo de propriedade de pessoa jurídica, será lavrada nova multa ao proprietário do veículo, mantida a originada pela infração, cujo valor é o da multa multiplicada pelo número de infrações iguais cometidas no período de doze meses.
- c) O transportador e o embarcador são solidariamente responsáveis pela infração relativa ao excesso de peso bruto total, se o peso declarado na nota fiscal, fatura ou manifesto for superior ao limite legal.
- d) Ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo.
- e) Não sendo imediata a identificação do infrator, o proprietário do veículo terá quinze dias de prazo, após a notificação da autuação, para apresentá-lo, na forma em que dispuser o CONTRAN, ao fim do qual, não o fazendo, será considerado responsável pela infração.

11. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Acerca das penalidades impostas, o principal condutor será excluído do Renavam apenas quando houver transferência de propriedade do veículo e mediante requerimento próprio ou do proprietário do veículo.

() FALSA.

() VERDADEIRA.

RESPOSTAS

1.

Resposta: E
Fundamento
Art. 74, caput do Código de Trânsito Brasileiro
Art. 74, § 1º do Código de Trânsito Brasileiro
Art. 77-B, caput do Código de Trânsito Brasileiro
Art. 74, § 2º do Código de Trânsito Brasileiro
Art. 75, § 1º e 2º do Código de Trânsito Brasileiro

2.

Resposta: C
Fundamento
Art. 139-A, caput do Código de Trânsito Brasileiro
Art. 139-A, § 1º do Código de Trânsito Brasileiro
Art. 139-A, § 2º do Código de Trânsito Brasileiro

3.

Resposta: Noventa quilômetros por hora
Fundamento
Art. 61, caput, § 1º, II, “a”, 2 do Código de Trânsito Brasileiro

4.

Resposta: D
Fundamento
Art. 1º, § 3º do Código de Trânsito Brasileiro
Art. 1º, § 5º do Código de Trânsito Brasileiro
Art. 1º, § 1º do Código de Trânsito Brasileiro
Art. 3º do Código de Trânsito Brasileiro
Art. 1º, § 2º do Código de Trânsito Brasileiro

5.

Resposta: Grave – Multa e remoção do veículo, respectivamente.

Fundamento
Art. 179, caput, I do Código de Trânsito Brasileiro

6.

Resposta: F
Fundamento
Art. 29, caput, VIII do Código de Trânsito Brasileiro

7.

Resposta: A
Fundamento
Art. 40, parágrafo único do Código de Trânsito Brasileiro
Art. 42 do Código de Trânsito Brasileiro
Art. 44 do Código de Trânsito Brasileiro
Art. 45 do Código de Trânsito Brasileiro
Art. 43, caput do Código de Trânsito Brasileiro

8.

Resposta: Câmaras Temáticas
Fundamento
Art. 13, caput do Código de Trânsito Brasileiro

9.

Resposta: B
Fundamento
Art. 103, caput do Código de Trânsito Brasileiro
Art. 103, § 1º do Código de Trânsito Brasileiro
Art. 103, § 2º do Código de Trânsito Brasileiro

10.

Resposta: B
Fundamento
Art. 257, § 5º do Código de Trânsito Brasileiro
Art. 257, § 8º do Código de Trânsito Brasileiro
Art. 257, § 6º do Código de Trânsito Brasileiro
Art. 257, § 3º do Código de Trânsito Brasileiro
Art. 257, § 7º do Código de Trânsito Brasileiro

11.

Resposta: F**Fundamento****Art. 257, § 11, I, II, III do Código de Trânsito Brasileiro.**

§ 10. O proprietário poderá indicar ao órgão executivo de trânsito o principal condutor do veículo, o qual, após aceitar a indicação, terá seu nome inscrito em campo próprio do cadastro do veículo no Renavam.

§ 11. O principal condutor será excluído do Renavam:

I - quando houver transferência de propriedade do veículo;

II - mediante requerimento próprio ou do proprietário do veículo;

III - a partir da indicação de outro principal condutor.” (NR)

LEI Nº 13.495, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988): Constitucional de 5 de outubro de 1988. Ed. atual. – Brasília, Planalto, 2018.

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 : Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999: Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997: institui o Código de Trânsito Brasileiro.

LEI Nº 12.619, DE 30 DE ABRIL DE 2012: Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 12.023, de 27 de agosto de 2009, para regular e disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; e dá outras providências.

LEI Nº 12.977, DE 20 DE MAIO DE 2014: Regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres; altera o art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro; e dá outras providências.

LEI Nº 13.103, DE 2 DE MARÇO DE 2015: Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei nº 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012; e dá outras providências.

DECRETO Nº 8.433, DE 16 DE ABRIL DE 2015: Dispõe sobre a regulamentação dos art. 9º a art. 12, art. 17 e art. 22 da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015.

LEI Nº 13.290, DE 23 DE MAIO DE 2016: Torna obrigatório o uso, nas rodovias, de farol baixo aceso durante o dia e dá outras providências.

LEI Nº 13.495, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017: Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para possibilitar ao proprietário cadastrar o principal condutor do veículo automotor no Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), para fins de responsabilidade.

300

Questões Comentadas
Do Código de Trânsito Brasileiro – Lei 9.503/97

LEI Nº 13.546, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017: Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores. (vigência)

LEI Nº 13.614, DE 11 DE JANEIRO DE 2018: Cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans) e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre regime de metas de redução de índice de mortos no trânsito por grupos de habitantes e de índice de mortos no trânsito por grupos de veículos. (vigência)

COMO ADQUIRIR

35,00	300 Questões Comentadas do Código De Trânsito Brasileiro- Lei 9.503/97 – CTB - DETRAN
--------------	--

Você pode adquirir essa apostila efetuando o pagamento através de:

A) Depósito em conta

Favorecida: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **BRADESCO**

Agência: **3065**(Teófilo Otoni-MG)

Conta: **10039-0** (Corrente e poupança)

CPF: **049.774.563-19**

OU

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **CAIXA**

Agência: **3662** (Teófilo Otoni-MG)

Operação: **013**

Conta: **10964-9** (poupança)

CPF: **049.774.563-19**

E

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **Banco do Brasil**

Agência: **0099-X (Cajazeiras)**

Conta: **29563-9 (Conta corrente)**

CPF: **049.774.563-19**

Envie para o nosso e-mail odiferencialconcursos@bol.com.br ou pelo

WhatsApp: (33) 991155186  os dados do depósito e o nome da apostila adquirida.

B) PAGSEGURO

Acesse o site www.odiferencialconcursos.com.br . Logo abaixo da apostila tem o botão do PAGSEGURO. É só clicar e seguir as instruções.

OBSERVAÇÃO: Depois de concluída a negociação através de depósito ou do Pague seguro, caso não localize a apostila na sua **CAIXA DE ENTRADA**, favor verificar nas pastas **LIXO, QUARENTENA** ou **SPAM**.

Maiores esclarecimentos:

TIM **041 (33) 99161.3584**

OI **031 (33) 98897-7616**

FIXO: **031 (33) 3522-9494**

WhatsApp: (33) 991155186 

E-mail: odiferencialconcursos@bol.com.br

[APROVEITE E BAIXE OUTRAS APOSTILAS AMOSTRAS \(ANEXOS\)](#)

300

Questões Comentadas
Do Código de Trânsito Brasileiro – Lei 9.503/97

